



Desenvolvimento Regional em Debate
E-ISSN: 2237-9029
valdir@unc.br
Universidade do Contestado
Brasil

Roque Dallabrida, Valdir
DA VANTAGEM COMPARATIVA À VANTAGEM DIFERENCIADORA: ESTRATÉGIAS
DE ESPECIFICAÇÃO DE ATIVOS TERRITORIAIS COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO.
Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 2, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 104-133
Universidade do Contestado
Canoinhas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570862004007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

DA VANTAGEM COMPARATIVA À VANTAGEM DIFERENCIADORA: ESTRATÉGIAS DE ESPECIFICAÇÃO DE ATIVOS TERRITORIAIS COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

Valdir Roque Dallabrida¹

RESUMO

As diferentes estratégias de especificação de ativos territoriais podem ser consideradas formas de revalorização das vantagens sustentáveis do território, na perspectiva de contribuir para a qualificação de estratégias de desenvolvimento (local, regional, territorial). A Indicação Geográfica, no Brasil, ou outras formas assemelhadas em outros países, de maneira geral, é considerada por a principal estratégia de especificação. Revisa-se o estado da arte sobre temas que tangenciem a relação entre território, identidade territorial e desenvolvimento, tendo como foco central o tema da especificação de ativos territoriais. Como questão para futuras investigações propõe-se a necessidade de compreensão das potencialidades e limites da especificação de ativos territoriais como estratégia de desenvolvimento. Trata-se de um primeiro passo para estruturar um referencial teórico que sirva de base para futuras investigações que analisem comparativamente a realidade brasileira com a de outros países.

Palavras-chave: Território. Ativos Territoriais. Indicação Geográfica. Capital Territorial. Desenvolvimento Territorial.

COMPARATIVE ADVANTAGE OF THE "DIFFERENTIATING ADVANTAGE": STRATEGIES SPECIFYING TERRITORIAL ASSETS AS AN ALTERNATIVE TO DEVELOPMENT

ABSTRACT

The different strategies for specifying territorial assets can be considered forms of sustainable advantages of upgrading of the territory, in order to contribute to the quality of development strategies (local, regional, territorial). The Geographical Indication, in Brazil, or other similar formats in other countries, is considered by many authors as the major strategy specification. Reviews the state of the art on subjects that they touch the relationship between territory, territorial identity and development, focusing on the central theme of the specification of territorial assets. As a matter for future research, we proposes the need to understand the potential and limits of the specification of assets as a strategy of territorial development. This is a first step in designing a theoretical framework as a basis for future research to examine the situation in Brazil compared with other countries.

Key Words: Territory. Territorial Assets. Geographical Indication. Capital Territory. Territorial Development

¹ Professor e pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (Canoinhas-Santa Catarina-Brasil). Endereço: valdir@unc.br.

INTRODUÇÃO

O título do artigo - *Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora* - tem relação com a alusão feita por Pecqueur (2009). O autor parte da crítica ao modelo ricardiano de troca internacional baseado nas *vantagens comparativas*, abordagem que, mesmo atualizada, ainda predomina na representação das trocas internacionais. A lógica da vantagem comparativa pressupõe a ideia de comparabilidade e, portanto, de equivalência geral das ofertas em um mercado essencialmente competitivo e com tendência à unificação². Não é a realidade que se constata no mundo contemporâneo. É mais comum a situação em que se instala um modelo de concorrência no qual somente as economias com baixo custo de produção podem triunfar. Uma saída para o problema consistiria na diferenciação dos produtos dos territórios.

É neste sentido que o artigo se propõe a uma revisão da literatura. A revisão abrangerá o estado da arte sobre temas que tangenciem a relação entre território, identidade territorial e desenvolvimento (local, regional e territorial), tendo como foco central o tema especificação de ativos territoriais. Com isso, dá-se início à estruturação de um referencial teórico que fundamente análises comparativas da realidade brasileira com a de outros países, aprofundando o estudo sobre potencialidades e desafios das estratégias de especificação de ativos territoriais. Adicionalmente, o texto pretende explicitar algumas questões de aprofundamento sobre o tema em estudo, as quais poderão servir de referência para futuros projetos de investigação empírica.

O texto, além desta introdução, está dividido em três partes. Na primeira, revisam-se abordagens teóricas que tangenciam o tema território, identidade territorial e desenvolvimento, contemplando reflexões sobre território, territorialidade, identidade territorial, recursos e ativos territoriais e Indicação Geográfica de produtos e serviços, com seus possíveis reflexos no desenvolvimento territorial. Introduz-se também nesta primeira parte a discussão sobre capital territorial e possíveis estratégias para a utilização das vantagens sustentáveis do território em proveito próprio, além de breves referências sobre governança territorial, como um tema conexo com a discussão sobre território, identidade territorial e desenvolvimento. Na segunda parte, é proposto o aprofundamento da relação entre território, identidade territorial e desenvolvimento, como um tema de investigação. A terceira parte, na forma de considerações finais, contempla reflexões que podem ser utilizadas como ponto de partida para o aprofundamento do tema aqui tratado.

² A teoria das vantagens comparativas foi formulada por David Ricardo, que criou uma explicação sistemática no seu livro *The Principles of Political Economy and Taxation*, publicado na Inglaterra em 1817, usando um exemplo envolvendo Inglaterra e Portugal. Já na segunda metade do século XX, Michael Porter se reporta à análise dos padrões de concorrência empresarial e às estratégias adotadas pelas empresas para atuação no mercado e para obtenção de vantagem competitiva. Sobre o tema, ver duas obras do autor, das muitas publicadas no Brasil: Porter (1989; 1991).

É um texto que precisa avançar da dimensão de ensaio. Na medida em que projetos de investigação sobre o tema em questão avancem, pretende-se contribuir com questões conclusivas e propositivas³.

UMA BASE TEÓRICA QUE REFERENCIA UM TEMA DE INVESTIGAÇÃO: TERRITÓRIO, IDENTIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO

Para sustentar teoricamente o tema em questão, conceitos e concepções são fundamentais serem explicitados, conforme se destaca a seguir. O primeiro deles é revisar o debate sobre território e territorialidade e sua relação com o desenvolvimento.

Território, territorialidade e desenvolvimento

De maneira geral, é perceptível que as questões territoriais vêm recebendo cada vez mais atenção nos meios acadêmicos e sociais, refletindo o interesse da sociedade pela temática.

Inicialmente é fundamental a explicitação de debates conceituais sobre território. Segundo Haesbaert (2007), de modo geral, na Ciência Geográfica há três vertentes básicas da concepção de território, sendo elas a política, a cultural e a econômica. A vertente política destaca as relações espaço-poder e concebe o território como espaço delimitado e controlado, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado, porém, atualmente incorpora múltiplos poderes. A cultural entende o território como produto da apropriação e da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, ao cotidiano. A econômica o considera como fonte de recursos ou como produto da divisão territorial do trabalho.

Para Haesbaert (1997), o território precisa ser compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária, inerente a certa classe social. Assim, para o autor, a identidade territorial é definida historicamente. Já para Woodward (2000), a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e às escolhas identitárias, marcando o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas atuais.

Souza (1995) salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Para o autor, a autonomia é a base do desenvolvimento, este encarado como processo de autoinstituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade. Assim sendo, uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir

³ No segundo semestre de 2012, dá-se início a um Projeto de Pesquisa tendo como tema: Território, *Identidade Territorial e Desenvolvimento (local, regional e territorial)*. Além disso, o tema em referência está sendo apresentado como proposta para realização de estudos de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (PT), previstos para o ano de 2013.

livremente seu território. Trata-se de uma sociedade com poder, na qual o Estado não pode ser concebido enquanto instância de poder centralizadora e separada da sociedade. Já Andrade (1995) lembra que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. Associada ao território tem-se a expressão territorialidade que, para o autor, pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se a um Estado.

Santos (1997) afirma que o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Já Santos e Silveira (2001) concebem a categoria território como um nome político para o espaço de um país.

Defendendo uma perspectiva integradora e relacional, o geógrafo Claude Raffestin (1993) traz importantes contribuições, ao abordar e enfatizar a multidimensionalidade de poderes sobre o território, o que assume relevância mediante o aumento de poder dos atores do mercado, devido à globalização e neoliberalismo, a consequente diminuição do poder do Estado, além da emergência da sociedade civil. O autor ressalta ainda que “[...] toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (p. 53). Para o autor, o espaço é anterior ao território, sendo que este se forma a partir daquele. Quando se apropria de um espaço, o ator sintagmático - aquele que realiza um programa – o territorializa, seja concreta ou abstratamente, o que pode se dar em diferentes níveis. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (p. 152). Considerar a condição multidimensional do território implica em admitir que sua concepção não faz referência apenas às relações de pertencimento nem de poder. Envolve, necessariamente, as relações e os processos socioeconômicos e ambientais.

Raffestin (1993, p. 160) considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espacotempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis.

Haesbaert (2007) ao apresentar as múltiplas perspectivas assumidas pelo termo território sob a ótica de diversas disciplinas refere-se à territorialidade para identificar o “[...] espaço de referência para a construção de identidades” (p.35). Situa esta referência na vertente cultural da Geografia.

Já, para Corrêa (1994,p. 251), a territorialização do espaço ou sua apropriação, desencadeia uma (re)ordenação dos territórios, criando novas formas de territorialidades. O

conceito de territorialidade, para o autor, refere-se ao que se encontra no território, ou o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, ou de integrar-se em um Estado. Enquanto o território é o espaço revestido da dimensão política, a territorialidade “[...] refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”.

Santos e Silveira (2001, p. 19), reafirmam que a palavra territorialidade deve ser entendida como sinônimo de “[...] pertencer àquilo que nos pertence”. Já para Souza (1995, p. 99), a territorialidade se expressa pelas “[...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”. Complementa Cara (1994, p. 263): “O sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional, define a territorialidade regional”. Esta situação, como última consequência, pode levar às transformações territoriais, mediante a adoção coletiva de um projeto de desenvolvimento, com racionalidade própria, na medida em que esta coletividade tenha uma forte consciência de territorialidade⁴.

Santos e Silveira (2001, p. 19) alertam sobre a necessidade de dissociação da noção de territorialidade da defesa elementar do espaço vital de sobrevivência, preferindo tratá-la como atributo humano e evitando transposições diretas entre animalidade e humanidade, tendo relação com “[...] a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos humanos”.

Para Albagli (2004, p. 28):

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.

Já Saquet (2003) afirma que a territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com seu entorno. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Assim sendo, segundo o autor, a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que se estabelecem todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais produzidas, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, além de outros aspectos⁵.

Nem todos os autores seguem a mesma linha de raciocínio e concepção. Por exemplo, Sack (1986, p. 19) considera a territorialidade um “comportamento humano espacial”. Em obra recente, Sack (2011, p. 76) reafirma a definição de territorialidade: “[...] a tentativa, por indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos ou relações, ao

⁴ Flores (2008) propõe a identidade cultural do território como base de uma estratégia de desenvolvimento.

⁵ Em outra obra, Saquet (2007a) apresenta as principais abordagens do conceito de território, constituídas entre os anos 1950-80, no intuito de subsidiar a compreensão do movimento e da (i)materialidade do território e da territorialidade.

delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Essa área será chamada território” (Grifo do original). Na sequência do texto, ressalta: “Mais uma vez, deve ser enfatizado que um lugar pode ser usado como território em determinado momento e não em outro; isto é, ao criar um território, nós estamos também criando um tipo de lugar. Mas é importante distinguir território como lugar e outros tipos de lugares. Ao contrário de muitos lugares comuns, territórios requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los” (p. 77). Assim, o território, segundo o autor, pode ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir. “E os indivíduos que estão exercitando o controle não precisam estar dentro do território. Na verdade, não precisam estar em qualquer lugar próximo dele ... Pela definição, a territorialidade estabelece o controle sobre a área como um meio de controlar o acesso a coisas e relações” (p. 78).

O tema escala tem uma relação com o debate sobre território, territorialidade e desenvolvimento. Por exemplo, Brandão (2011a) defende a necessidade de se buscar construir estratégias multiescalares, governança multinível, que resultem em pactos territoriais de desenvolvimento⁶. Para o autor, as formas de desigualdade devem ser enfrentadas multiescalarmente e multi-instrumentalmente. O desafio é constituir um prisma escalar de observação e ação da estatalidade que construa a faltante escala supralocal imediata e atinja o lugar, o sítio⁷.

Por fim, mesmo não sendo foco deste estudo, é fundamental registrar que, ao abordar a questão do território e desenvolvimento, não se deve desconsiderar o fato de que, apesar do poder de autonomia atribuído à escala territorial, é necessário lembrar que os territórios estão inseridos num mundo globalizado, em que a multiescalaridade dos processos está presente. Vários autores, recentemente, têm chamado a atenção para este fato (FERNÁNDEZ; DALLABRIDA, 2008; BRANDÃO, 2007; AMIN, 2008; FERNÁNDEZ; BRANDÃO, 2010).

Assume-se aqui uma concepção multidimensional de território e da noção de territorialidade. Trata-se de uma concepção considerada renovada, histórica e crítica, inspirando compreensões que podem orientar o redimensionamento de relações de poder e a proposição de alternativas de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais dos territórios ou regiões, seguindo alguns autores contemporâneos (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 1997 e 2011; SAQUET, 2003 e 2007a/b; SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009)⁸.

⁶ Dallabrida (2003; 2007; 2009) prefere chamar de *pactos socioterritoriais*. Ver abordagem recente sobre o tema em: CGEE/IPEAD-UFMG (2011); Dallabrida (2011a; 2010c; 2011b).

⁷ Brandão (2007) relaciona o tema território com o desenvolvimento, ressaltando as múltiplas escalas entre o local e o global. Vainer (2002), aborda o tema escala, relacionando-o com poder. Ainda sobre o debate conceitual e aplicado da questão da escala, ver produção recente: Dallabrida (2010a); Fernández e Brandão (2010); Brandão (2011a/b). Abordagens de Castro (1997; 2005) tangenciam a temática da escala e território. Granovetter (1973; 1985), relaciona as questões do poder e enraizamento, com o papel das instituições nos processos sociais.

⁸ O tema não se esgota e é recorrente na literatura atual. Por exemplo: Souza (2009) sintetiza as diferentes imprecisões sobre o conceito de território; Saquet e Spósito (2009) tratam o tema Territórios e Territorialidades, destacando-se textos de Raffestin, Marcelo Lopes, Haesbaert, Massimo Quaini, Saquet e Heidrich; em Dias e Ferrari (2011), o tema territorialidade é aprofundado, destacando-se textos, além de Sack, de Haesbaert, Maria Laura Silveira e Leila Dias; Ribas, Spósito e Saquet (2004), reúnem textos de vários autores, relacionando território e desenvolvimento, com destaque para Haesbaert (2004), que aprofunda os des-caminhos e perspectivas do território; ver abordagem sobre territorialização em Haesbaert (1999; 2004); para aprofundamento da noção de territorialização e territorialidade, ver Neves (1994); Silveira (2011), refere-se aos novos acontecimentos e novas territorialidades; Spósito (1993) trata do território, relacionando-o com a escala, tema abordado adiante; Theis e Galvão (2011) sintetizam as concepções de território, além de espaço e região.

Sobre o conceito de território e desenvolvimento territorial, opta-se pela utilização do conceito território para referir-se a *uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos* (DALLABRIDA, 2006; 2007; 2010b; DALLABRIDA e FERNÁNDEZ, 2008). Já, o *desenvolvimento (local, regional, territorial)* pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2011b)⁹.

Estas são algumas, das muitas possíveis relações entre território, territorialidade e desenvolvimento.

Identidade territorial, recursos e ativos territoriais

Uma das questões centrais que tem referência com o tema da identidade territorial e sua relação com o desenvolvimento é a questão dos recursos e ativos territoriais. Para Pecqueur (2005), o desafio das estratégias de desenvolvimento está em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território. Para tal, deve ocorrer um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos. O autor faz uma diferenciação entre ativos e recursos genéricos, de ativos e recursos específicos. Os ativos e recursos genéricos são totalmente transferíveis e seu valor é um valor de troca, estipulado no mercado via o sistema de preços. Já os ativos e recursos específicos, por sua vez, possibilitam um uso particular e seu valor constitui-se em função das condições de seu uso. Além disso, eles apresentam um custo de transferência que pode ser alto e irrecuperável. Assim, os recursos específicos merecem maior atenção. Eles possibilitam a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento.

Benko e Pecqueur (2001), em obra publicada no Brasil, fazem referência aos recursos territoriais. Para os autores, a noção de território está de volta nas análises econômicas. Os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Esses recursos específicos diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas. Os atores locais e a política local desempenham um papel importante na constituição e na gestão dos recursos presentes no território. “As perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos” (p. 31). Ressaltam os autores que as especificidades territoriais desempenham papel importante. “Nosso mundo ‘global’ é assim um mosaico composto de uma multiplicidade de regiões e de localidades, que não são, longe disto, necessariamente equivalentes. Contrariamente às previsões mais sombrias, os ‘territórios’ com suas especificidades não são apagados sob os fluxos econômicos da

⁹ Sobre desenvolvimento, ver obra recente sobre as teorias do desenvolvimento: Dallabrida (2010b).

mundialização” (p. 38). Assim sendo, para os autores, a diferença é uma vantagem comparativa. A questão é saber como os territórios capitalizam, ou não, isso a seu favor.

Pecqueur (2009, p. 95), avança no debate defendendo que novas estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos estão emergindo territorialmente. Dentre outras questões, afirma que, considerando a linearidade de produtos genéricos de qualidades diferentes, mas comensuráveis, “[...] as produções encontram-se entregues a uma concorrência na qual somente as economias com baixo custo de produção (com domínio equivalente das tecnologias) podem triunfar”. Neste caso, sugere o autor, que a saída para o problema consiste em diferenciar o produto, para que ele torne-se “específico”. Portanto, o autor propõe que a “vantagem comparativa”, num contexto de globalização, precisa tornar-se uma “vantagem diferenciadora”. “Para os territórios, trata-se então de não mais se especializar segundo a lógica do esquema comparativo, mas de preferência escapar das leis da concorrência quando elas tornam-se impossíveis de serem seguidas, visando a produção para a qual eles estariam (no modelo ideal) em situação de monopólio” (p. 96).

O estudo das especificidades do território, segundo Pecqueur (2009), exigiria tomar como unidade de análise o território, não o sistema produtivo nacional, o que se constitui uma novidade essencial na percepção dos sistemas de organização da economia. Isso exige uma explicitação sucinta das características específicas do processo de constituição de territórios, compreendendo que o território não é somente “[...] um espaço postulado e pré-delimitado, no qual se desenvolvem dinâmicas específicas sob a égide das autoridades locais. O território é, também, ou sobretudo, o resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores” (p. 96-97). Tais atores locais, ou não, tem interesses diferenciados, o que torna mais desafiante qualquer intervenção. Em segundo lugar, reafirma o autor, que a valorização das atividades econômicas nas dinâmicas territoriais implica na existência de *inputs* (ativos que são utilizados para a criação de produtos) que denomina “recursos territoriais”, uma condição que se tornou um tema de debates acerca da sua natureza “patrimonial” (p. 97). Pecqueur (2009, p. 101) conclui com uma síntese de sua argumentação: “Uma economia outra que não a geográfica tem todas as chances de parecer irreal da perspectiva atual gerada pelos processos de globalização”.

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial constitui um modelo de desenvolvimento dotado de características bem precisas que lhe são próprias e que se apoiam, essencialmente, na dinâmica de “especificação” dos recursos por um conjunto de atores constituído num “território”. A contribuição do modelo territorial reside, notadamente, na utilização da noção de “proximidade (geográfica e institucional)” para explicar as coordenações de atores. No entanto, ressalta o autor, existem obstáculos e limites importantes. Assim, esse modelo não se desenvolve espontaneamente; exige uma ação pública adequada. Por fim, “[...] permanece um vasto campo de reflexões sobre sua articulação com a globalização do mundo e sua capacidade problemática em se aplicar em lugares dominados pela produção genérica sem que apareça uma possibilidade de especificar os recursos” (p. 21).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, em outra obra Pecqueur (2009) propõe que um modelo de produção focado na dinâmica territorial, ou seja, estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos que emirjam a partir da perspectiva territorial deveriam estar focadas no que ele chama de ‘modelo de qualidade’, conforme sintetizado na Figura 1.

Figura 1 – Características dos modelos produtivos baseados na produtividade e na qualidade

Modelo de produtividade	Modelo de qualidade
Redução de custos e de preços	Manutenção de preços elevados
Individualização da produtividade	Globalização da produtividade
Caráter genérico dos produtos	Caráter específico dos produtos
Governança global (na lógica empresarial)	Governança local (nas lógicas de atores pluri-dimensionais)
Concorrência como dinâmica dominante	Escapar da concorrência como estratégia
Lógica de firmas	Lógica de territórios

Fonte: Pecqueur (2009, p. 100)

Reforçando a ideia da especificidade dos produtos territoriais e sua importância estratégica, Sodano (2001) afirma que os territórios geram competências que podem ser usadas para qualificar os produtos da região. Para a autora, os produtos regionais parecem oferecer-se como um caso paradigmático: (a) o seu processo de produção está ligado a uma característica geográfica concreta (condições climáticas, solo) e/ou a matérias-primas agrícolas específicas (vinho, leite); (b) devem possuir um registro histórico significativo (existência do produto no passado, com características similares às da atualidade); (c) têm que dispor de valor cultural acrescentado que possa facilmente ser associado a celebrações específicas ou aos hábitos gastronômicos locais.

Complementando a argumentação sobre o tema, Denardin e Sulzbach (2010) destacam que o processo de especificação de ativos é o que propicia a diferenciação de um território dos demais e se contrapõe ao regime de concorrência baseada na produção *standard*, ou produtos do tipo *commodities*. Assim entendido, segundo os autores, o processo de especificação consiste na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam no processo de resolução de seus problemas comuns.

O que aqui está sendo denominado de Indicação Geográfica de produtos ou serviços pode ser considerado uma forma de especificação de ativos. O tema é referido na sequência.

Debate sobre Indicação Geográfica de produtos e serviços, com seus possíveis reflexos no desenvolvimento territorial¹⁰

No mundo contemporâneo, onde o ambiente de mercado valoriza produtos diferenciados, a elaboração de estratégias de desenvolvimento baseadas nas especificidades que só determinados territórios podem atribuir, tornou-se um vetor de alto poder de agregação de valor aos produtos ou serviços (DULLIUS, 2009). Os estudos sobre o potencial para o desenvolvimento territorial, de produtos que possam estar associados a uma marca identitária, que os diferencie de outras regiões em função de suas características geográficas, históricas e

¹⁰ Retoma-se um recorte de abordagem feita em: Dallabrida (2010b; 2011c; 2011d).

socioculturais, no Brasil, são recentes. Tais estudos partem do entendimento de que, nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento dos espaços territoriais está diretamente ligado às relações entre os atores locais e sua capacidade de fomentar atividades econômicas baseadas na diferenciação (ABRAMOVAY, 2003).

Uma das principais estratégias que articula os potenciais de desenvolvimento territorial à noção de identidade territorial é a Indicação Geográfica, sendo esta das mais reconhecidas, inclusive formal e oficialmente nos órgãos institucionais nacionais e internacionais. No Brasil, de forma jurídica, as Indicações Geográficas são consideradas marcas territoriais que reconhecem os direitos coletivos referentes aos sinais distintivos de um território (GURGEL, 2006). Só num período recente tais dispositivos começaram a ser empregados no Brasil, onde as singularidades vinculadas ao território podem ser reconhecidas e protegidas mediante a Indicação Geográfica, como estratégia de desenvolvimento territorial. Tal estratégia pode conferir aos bens, serviços e produtos agro-alimentares de base territorial, maior competitividade e até mesmo a possibilidade de inserção diante de um mercado, pois podem corresponder às características de segmentação do consumo, tão frequentes na atualidade, e decorrente disto produzir conjuntura favorável ao desenvolvimento territorial (DULLIUS, 2009).

Na União Europeia, a especificidade destes produtos foi reconhecida com a publicação de regulamentos, já na década de 1990, que deu aos produtores a oportunidade de livremente encontrarem uma marca coletiva e um referencial de produção comum, protegido pelo governo nacional através de um sistema de garantias públicas para controle privado das atividades. Para se qualificarem para o uso das certificações de origem as regiões têm de possuir uma tradição histórica e uma especificidade geográfica, social e cultural. Foi assim que surgiram a *Denominação de Origem Protegida* e a *Indicação Geográfica Protegida*: a primeira, para comprovar a ligação entre fatores naturais e humanos da região de origem de forma inequívoca; a segunda, para assegurar que as características e reputação de um produto possam se relacionar com uma região ou local. É também utilizado em países da Europa o termo *Especialidade Tradicional Garantida*, para referir-se a produtos tradicionais de uma região, que apresentem certa especificidade. Ver na Figura 2 os selos correspondentes.

Figura 2 – Selos de certificação de produtos com especificidade territorial utilizados na Europa



Fonte: Kisérdi-Palló (2005)

No Brasil a certificação de produtos com especificidade territorial é feita via a Indicação Geográfica. A Indicação Geográfica no Brasil consiste em dois estágios: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. A Indicação de Procedência faz referência ao nome geográfico de um país, cidade, região ou território, que se tornou conhecida como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de serviço. Já a Denominação de Origem, é o nome geográfico de um país, cidade, região ou território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se

devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico específico, incluídos fatores naturais e humanos. Assim, a diferença singular entre as formas de Indicação Geográfica está associada às características e peculiaridades físicas e humanas potencializadas pelo território que podem designar uma Denominação de Origem, enquanto que para a Indicação de Procedência é suficiente a vinculação do produto ou serviço a um espaço geográfico, independente de suas características e qualidades intrínsecas¹¹.

Os pedidos de reconhecimento de uma Indicação Geográfica no Brasil podem ser requeridos por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território, como substituto processual da coletividade que tiver direito ao uso de tal nome geográfico. A legislação brasileira sobre Propriedade Intelectual¹², que regulamenta as Indicações Geográficas, é relativamente recente, fruto de uma revisão da legislação sobre propriedade intelectual e autoral por conta da ratificação do Brasil ao acordo TRIPS¹³, que passou a vigorar desde 1996. A Lei nº. 9.279 determinou então, que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) estabelecesse as condições de registros das Indicações Geográficas. Portanto, no Brasil, o INPI foi o órgão responsável que, inicialmente, através de suas Resoluções e Atos Normativos, definiu as normas de procedimentos e os formulários a serem utilizados para o requerimento de registro de Indicações Geográficas¹⁴. No entanto, a partir de 2005, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ganhou as atribuições de fomentar, acompanhar, certificar e controlar os produtos das Indicações Geográficas¹⁵.

Frente às Indicações Geográficas como estratégia de ação territorial, Vitrolles (2007) afirma que as ligações do produto reconhecido com outras atividades econômicas na região, correspondem a indicadores que podem gerar avanços no processo de desenvolvimento para o referido território. Já, para Tonietto (2003), as Indicações Geográficas têm sido uma das estratégias inovadoras ao constituir formas especiais de proteção dos produtos, que visam, principalmente, distinguir a sua origem pela identificação da sua área de produção. Assim, a Indicação Geográfica é uma forma de agregar valor e credibilidade a um produto ou serviço, conferindo-lhes um diferencial de mercado em função das características de seu local de origem. Uma vez reconhecida, a indicação só poderá ser utilizada pelos membros daquela localidade que produzem ou prestam serviço de maneira homogênea, constituindo-se em uma estratégia para o desenvolvimento do território (DULLIUS, 2009).

Santos e Ribeiro (2008), a partir de estudos sobre experiências de especificação de ativos territoriais em Portugal, afirmam que a globalização é tanto uma ameaça como uma oportunidade. Se os territórios forem dotados de um portfólio de recursos naturais ou culturais e algum grau de empreendedorismo inovador podem, pela mobilização de recursos locais e bens coletivos, apoiar as vantagens competitivas das empresas locais e promover o empreendedorismo e inovação, tornando-se uma estratégia promissora para o desenvolvimento dos territórios rurais e menos desenvolvidos. Ressaltam os autores,

¹¹ Ver abordagem sobre o tema em: Souza (1998; 2010) e Lagares, Lages e Braga (2006).

¹² Lei nº. 9.279 de 14 de maio 1996 - LEI DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (LPI), regula direitos e obrigações relativas a PI - Título IV- Das Indicações Geográficas (Arts. 176 a 182).

¹³ TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) é um tratado de comércio sobre os direitos de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC).

¹⁴ A resolução do INPI nº 75/2000 é a normativa que estabelece as condições necessárias para este registro.

¹⁵ Em Lages, Braga e Morelli (2004) encontram-se textos de vários autores, tratando da identidade territorial como fator de competitividade no meio rural.

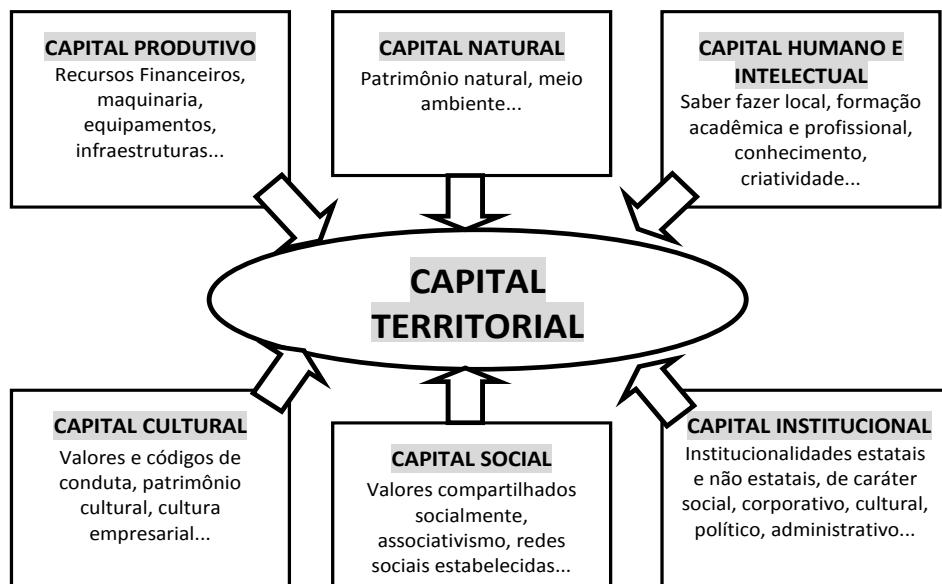
referindo-se aos casos estudados, que merece destaque a importância da região de origem no sucesso das empresas. Como diferenciais competitivos, destacam a forte ligação do produto às características do território de origem, a experiência e qualificação das pessoas envolvidas no ofício e a localização do território, além do registro da marca, ou seja, a Denominação de Origem Protegida. Concluem o estudo afirmando que a Denominação de Origem Protegida tem um papel importante na preservação do modo tradicional do fabrico dos produtos regionais e está intimamente ligada ao sucesso dos negócios das empresas estudadas por eles. Em outro texto, os mesmos autores referem-se ao tema, afirmando que as regiões não são apenas os espaços geográficos, dado que surgem dotadas de recursos e competências de variada natureza, bem como em quantidade e qualidade diversos. Como resultado disso, os territórios gerem competências que podem ser usadas para qualificar os produtos da região (RIBEIRO e SANTOS, 2006).

Uma afirmação parece necessária: o tema da Indicação Geográfica de produtos e serviços e os seus possíveis reflexos no desenvolvimento territorial, merecem aprofundamento teórico, com abordagens multidisciplinares.

Recursos e Ativos Territoriais, ou Capital Territorial?

Autores da Geografia têm trazido para o debate a questão dos capitais que têm ancoragem territorial. Segundo Caravaca e González (2009), atribui-se uma crescente importância à existência de atores locais com capacidade para ativar e revalorizar o capital territorial, ou seja, os recursos ligados aos territórios, convertendo aqueles que são genéricos em específicos. Estes últimos, segundo Rallet (1995), ao serem de natureza única e diferenciada, são dificilmente transponíveis, ou transladáveis, constituindo-se em uma das chaves explicativas da competitividade territorial e do desenvolvimento. Ver Figura 3, que sintetiza os capitais territoriais.

Figura 3 – Capital Territorial e seus componentes



Fonte: Elaboração própria, a partir de Caravaca e González (2009)¹⁶

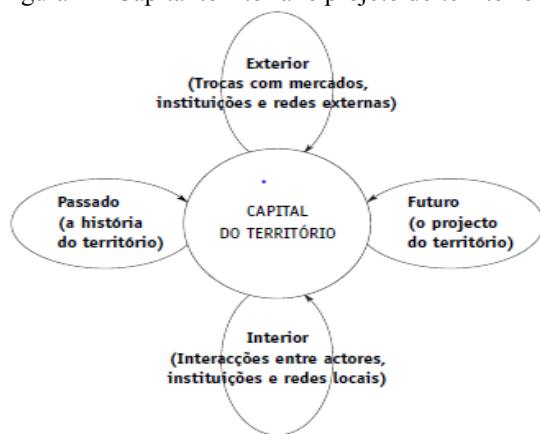
O capital territorial é assim definido em documento da LEADER (2009, p. 19):

[...] o conjunto dos elementos de que dispõe o território ao nível material e imaterial e que podem construir, nalguns aspectos, vantagem e, noutros, desvantagens... O capital territorial remete para aquilo que constitui a riqueza do território (atividades, paisagens, patrimônio, saber-fazer, etc.), na perspectiva não de um inventário contabilístico, mas da procura das especificidades podendo ser valorizadas.

Segundo o referido documento, o capital territorial só pode ser avaliado em função da história do território; depende da ideia que temos do futuro, implica na descoberta no interior do território de elementos esquecidos ou negligenciados que podem tornar-se essenciais para o projeto do território; por outro lado, as relações do território com o exterior são elementos determinantes do capital do território. Ressalta-se, com isso, a estreita relação destes elementos – passado, futuro, interior e exterior –, na definição do projeto do território. Ver esta representação na Figura 4.

¹⁶ Tema também tratado em Albertos *et al* (2004).

Figura 4 – Capital territorial e projeto do território



Fonte: Leader (2009, p. 20)

A partir das reflexões de Caravaca e González, é necessário aprofundar estudos sobre algumas questões decorrentes do debate sobre capital territorial. Vejamos questionamentos. É possível se pensar uma matriz de mensuração do capital territorial? Como identificar ativos e/ou recursos com especificidade territorial? Identificados os ativos e/ou recursos com especificidade territorial, como ativá-los, ou seja, que critérios, métodos, ou estratégias são utilizáveis para a especificação de ativos e recursos territoriais? Por fim, como integrar estratégias de especificação de ativos territoriais na qualificação de processos de desenvolvimento (local, regional, territorial)? São questões que não serão tratadas nesta investigação, podendo estimular a realização de futuras investigações empíricas.

Figura 5 – Representação gráfica dos componentes do capital territorial

**REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS OITO COMPONENTES
DO CAPITAL DO TERRITÓRIO**



Fonte: Leader (2009)

Por outro lado, existem proposições metodológicas para a análise das necessidades locais de inovação, com base nos componentes do capital territorial. São indicativos que podem ser úteis para futuras análises. De forma complementar, técnicos da LEADER (1995)

propõe uma metodologia para analisar as necessidades locais de inovação, na qual, também, são considerados os componentes do capital territorial. Ver Figura 5.

Em relação ao tema recursos e ativos territoriais, ou capital territorial, várias questões deveriam merecer aprofundamento. Como no Brasil este tema é recente, entende-se que seja necessário reconhecer experiências europeias, onde existem alguns centros de pesquisa que investigam o tema há mais tempo.

Possíveis estratégias para a utilização das vantagens sustentáveis do território a seu favor

Apesar das reflexões proporcionadas por autores de diversas áreas do conhecimento, aqui referenciados, permanecem dúvidas. Quais estratégias poderiam contribuir para a dinamização de processos de desenvolvimento (local, regional, territorial), usando as vantagens sustentáveis do território a seu favor? Qual a sua eficácia? Quais desafios se interpõem?

Não é propósito de este artigo apresentar proposições. No entanto, para iniciar o debate, sintetizam-se reflexões de alguns autores.

Pecqueur (2001; 2006) propõe um modelo que chama de *cesta de bens e serviços ancorados territorialmente*, associando bens e serviços com Denominação de Origem Protegida, com outros, que tenham qualidade e se identifiquem com o território de origem. Tal modelo, segundo o autor, resulta de uma construção institucional que reúne na escala de um território vários produtores de bens ou serviços particulares e os produtores de bens públicos locais. O fornecimento de mercadorias da cesta pode constituir-se em objetivo estratégico para as políticas públicas de desenvolvimento local. A cesta de bens e serviços territorializados, para Pecqueur (2001; 2006), tem as seguintes características: um conjunto de bens e serviços complementares que reforce a imagem mercadológica do local; uma combinação de bens privados e públicos que contribuam para elaborar a imagem e reputação de qualidade do território; uma combinação interativa entre os produtores da cesta (clube) a fim de internalizar a renda da qualidade territorial¹⁷.

Acampora e Fonte (2008) reforçam a necessidade de “[...] políticas públicas com a finalidade de reconhecer e proteger as especificidades territoriais e culturais e regulamentar a distribuição dos benefícios resultantes de seu emprego e valorização” (p. 194). Como estratégias de valorização da identidade e certificação dos produtos típicos, as autoras sugerem duas categorias de estratégias. A primeira, relativa a estratégia de produto ou cadeia de valor, centrada na valorização de um produto específico, com o objetivo de permitir sua inserção em mercados distantes, sem perder o vínculo com suas próprias raízes. As certificações de produtos com Denominação de Origem Protegida é um exemplo. A segunda estratégia está sustentada na valorização da identidade territorial por meio de uma *cesta de*

¹⁷ O tema da cesta de produtos é tratada também em Mollard (2001). Por outro lado, Cazella, Bonnal e Maluf (2008) apresentam estudos de experiências de valorização de produtos de territórios.

bens, marcadores da identidade territorial. A diferença é que os vínculos verticais do produto ou cadeia de valor são significativos e os efeitos territoriais mais diretos. No entanto, apesar dos efeitos poderem ser diferenciados, segundo as autoras, as duas estratégias são complementares e, utilizadas de forma conjunta, geram mais sinergias. Além disso, os novos mercados para os produtos típicos abrem a possibilidade de elaborar novas estratégias coletivas de desenvolvimento. “O êxito destas estratégias dependem da capacidade de criar novas instituições locais (associações de produtores, consórcios de controle de qualidade, entidades de certificação) para gerir o processo de valorização dos recursos específicos e planejar a implementação de medidas supralocais adaptadas para defender os benefícios da apropriação territorial” (p. 211).

Albagli (2004, p. 63) ao questionar a possibilidade de “[...] revalorização do território e da territorialidade”, a partir de suas diferenças e especificidades socioculturais, políticas e econômicas, afirma que considera possível “*fortalecer territorialidades*”, estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu – suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas. “Mas dificilmente será possível construir territorialidades a partir do externo sem uma base prévia, sem uma dotação inicial de ‘capital socioterritorial’, acumulado e herdado a partir de processos históricos de mais longo prazo”.

No entanto, Albagli (2004, p. 63) alerta que a valorização das diferenças e especificidades territoriais, no atual quadro de forças, pode assumir um “(...) caráter eminentemente instrumental” (...), quando é predominantemente movida por interesses externos ao território sobre o qual se pretende atuar; a alternativa recomendável é a que emerge de forma mais comprometida com os objetivos de desenvolvimento local e endógeno.

Como passos fundamentais a serem considerados por organizações que desejem atuar no fortalecimento e capitalização de territorialidades em favor do desenvolvimento local, Albagli (2004, p. 64-65) propõe:

- a) *Identificação das unidades territoriais pertinentes*, enquanto áreas passíveis do desenvolvimento de ações que permitam promover o empreendedorismo local com base em potencialidades endógenas pautadas nessa “unicidade territorial”. Trata-se de reconhecer seus contornos geográficos a partir das territorialidades já existentes: senso de identidade e pertencimento territorial, senso de exclusividade/tipicidade, tipos e intensidade de interações entre atores locais.
- b) *Geração de conhecimento sobre o território*, enquanto sistema de objetos e sistema de ações e relações. Trata-se de identificar e caracterizar as especificidades que melhor traduzam e distinguam aquele território, bem como as que representem potencialidades de vantagens comparativas, de dinamismo socioeconômico local, de desenvolvimento sustentável. Esse conhecimento pode estruturar-se a partir de quatro dimensões do território: (i) *dimensão física e natural*: base de recursos naturais e infraestrutura disponível; (ii) *dimensão político-institucional-organizacional*: quem faz o que (os atores e suas práticas territoriais), quais processos levam às ações localizadas (suas motivações), como se engendram as redes de relações (com quem e como se desenvolvem ações de cooperação, como se

caracterizam os níveis de hierarquia, conflitos e desigualdades); (iii) *dimensão simbólico-cultural*: crenças, mitos, representações, valores, símbolos que dão sentido de identidade e de pertencimento; (iv) *dimensão econômica*: potencialidades e tipicidades, base técnica, base de conhecimentos (tácitos e codificados) e estrutura produtiva local.

- c) *A promoção de sociabilidades*, identificando e mobilizando particularmente aqueles atores e segmentos sociais que imprimam um dinamismo local e que se caracterizem por serem genuínos e com tradição. Trata-se de buscar possíveis modalidades de ação coletiva.
- d) *O reconhecimento e a valorização da territorialidade*, como elemento não apenas de dinamização produtiva e comercial, mas como forma de desenvolvimento local sustentável. Trata-se de resgatar e valorizar imagens e símbolos, definir níveis de intervenção dos poderes públicos e organizações locais, e estabelecer parâmetros de qualidade e de sustentabilidade em todos os níveis.

De forma similar ao que Albagli chama de fortalecimento e capitalização de territorialidades, Caroli (2004) sugere estratégias de marketing territorial. A finalidade estratégica do marketing é “(...) selecionar e atrair o tipo de demanda mais preparada para a dinâmica evolutiva do território e, ao mesmo tempo, estimular (e em alguns casos, realizar diretamente) as intervenções que possibilitem à oferta territorial ser o mais coerente possível com a esperada pela demanda, para a qual se dirige explicitamente” (p. 224). É outra estratégia, não necessariamente exclusiva, que se entende possa ser utilizada associada às alternativas de especificação de ativos territoriais. Ver Figura 6.

Figura 6 – Propósitos e articulação do marketing territorial com o entorno



Fonte: Caroli (2004, p. 229)

São algumas estratégias sugeridas para a utilização das vantagens sustentáveis do território a seu favor. Também, é um tema que merece aprofundamento.

Governança territorial: um tema conexo com a discussão sobre território, identidade territorial e desenvolvimento

Governança é um termo utilizado por diferentes áreas do conhecimento, principalmente, na Geografia, na Ciência Política, na Administração, na Sociologia e na Economia, nem sempre com o mesmo sentido. Embora já desde a década de 1980, o termo *governance* na língua inglesa fosse utilizado, com as respectivas traduções, no nível acadêmico o tema é relativamente recente. Exemplo disso é que textos seminais sobre o assunto foram publicados apenas no final da década de 1990, por exemplo, o de Stoker (1998) e de Jessop (1998).

Segundo Ferrão (2010, p. 130), a emergência deste tema resulta de debates que têm como pano de fundo “[...] a necessidade de transcender as limitações das concepções modernas até então prevalecentes sobre o Estado e, genericamente, sobre o mundo, a humanidade e o futuro”. Ressalta o autor que podem ser apontadas quatro frentes de debate: a primeira, como *reforma administrativa do Estado*, intencionando o aprofundamento da democracia e a melhoria da eficiência da ação pública através de uma maior proximidade com os cidadãos; segundo, como *reformulação do papel do Estado*, representando a transição de um Estado diretamente interventor e executor, que atua de forma verticalizada e setorializada, uma visão de comando e controle, para outra concepção do papel do Estado centrada em intervenções de natureza, sobretudo reguladora e estratégica, valorizadoras de relações diversificadas com distintos atores e crescentemente organizadas em rede; terceiro, como alternativa de *democracia participativa e deliberativa*, reforçando a convicção de que o aprofundamento da democracia pressupõe um maior acesso às soluções participativas e deliberativas; quarto, fazendo referência à *europeização dos processos de decisão*, com destaque para formas de governança territorial multiníveis, o método intergovernamental de cooperação, a convergência voluntária entre políticas nacionais dos Estados-Membros e a coordenação territorial de políticas.

Ressalta ainda Ferrão (2010, p. 133) que a emergência do tema governança traduz posições político-ideológicas distintas, embora todas elas afetando a concepção moderna do papel do Estado: *visões econômicas neoliberais* (governança desregulamentadora), *visões civilistas pós-modernas* (governança diversificadora) e *visões neo-modernas* (governança reguladora, estratégica e colaborativa). Reafirma o autor que estas várias visões coexistem em todas as sociedades, às vezes de forma explicitamente conflituosa, outras de um modo aparentemente pacífico, suscitando, não raro, equívocos tanto no âmbito dos projetos nacionais dos diversos Estados, como no contexto do projeto europeu. Referindo-se aos processos em curso na Europa, lembra Ferrão que algumas ideias-chave, recorrentemente, estão associadas aos processos de governança, tais como, descentralização, responsabilização, participação, coordenação, cooperação, parcerias e contratualização. Tais ideias-chave, igualmente, estão presentes nos debates no Brasil sobre o tema em referência.

Para Farinós Dasí (2008), a governança territorial pode ser encarada de dois pontos de vista: como mera aplicação dos princípios de boa governança às políticas territoriais e urbanas, ou como um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais numa óptica inovadora, partilhada e colaborativa. O autor ressalta a necessidade de se ter precauções no

seu uso, pelo fato do termo governança ser polissêmico e de duvidosa procedência. Afirma que o conceito tem sua origem no âmbito da economia institucional e da regulação e nasceu com o objetivo de simplificar os processos de regulação e de intervenção dos poderes públicos e de facilitar a tomada de decisões dos demais agentes sociais, sobretudo os econômicos. Tem este sentido o uso do termo governança por organismos internacionais como o Banco Mundial. No campo empresarial governança se encontra estreitamente relacionada à tomada de decisões, com o propósito de gerir e dirigir os negócios de forma que se obtenha a máxima eficácia econômica.

Tem-se a pretensão, aqui, de resignificar o conceito governança, preterindo a concepção atribuída ao termo por organismos internacionais, principalmente, por relativizarem o papel do Estado, da mesma forma, o sentido atribuído pelo campo empresarial. Prefere-se um sentido mais próximo aos debates teóricos produzidos na Geografia e na Ciência Política, ou seja, ressaltando o conceito *governança territorial*. Sobre autores já mencionados, Ferrão e Farinós Dasí, respectivamente, com uma *visão neo-moderna* (governança reguladora, estratégica e colaborativa) e como *um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais numa ótica inovadora, partilhada e colaborativa*, entende-se que se utiliza o termo governança territorial com sentido convergente aos argumentos por eles explicitados.

Tem-se partido da concepção de governança territorial como o *conjunto de iniciativas ou ações que expressam à capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais*. Em síntese, a governança territorial pode ser percebida como uma instância institucional de exercício de poder de forma simétrica no nível territorial. A sua prática pode incidir sobre três tipos de processos: a definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a implementação das condições necessárias para sua gestão; a construção de consensos mínimos, através da instauração de diferentes formas de concertação social como exercício da ação coletiva e, por fim, a construção de uma visão prospectiva de futuro. Uma prática qualificada de governança territorial é um requisito indispensável na qualificação do processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2007).

Por fim, apesar de se perceber certa lógica na relação entre território, territorialidade, identidade territorial, especificação de ativos territoriais e desenvolvimento, muitos desafios se interpõem. Neste sentido, na sequência expõe-se uma problematização da temática em referência.

POSSÍVEIS QUESTÕES QUE MERECEM INVESTIGAÇÃO

Para que se avance na discussão e se contemple a dimensão da especificidade territorial nos processos de desenvolvimento, entende-se que se antepõe uma questão central para investigação: *como potencializar processos de desenvolvimento (local, regional, territorial), usando as vantagens sustentáveis do território em proveito próprio?*

Além desta questão central, outras questões complementares podem ser sugeridas.

- a) Em que condições um determinado território pode gerar uma agregação de valor para os produtos que aí se produzam, ou seja, a especificação de ativos territoriais com vistas à qualificação do processo de desenvolvimento?
- b) Qual a situação, os desafios e perspectivas das experiências de Indicação Geográfica, como especificação de ativos territoriais?
- c) Qual a potencialidade das experiências de Indicação Geográfica na qualificação de processos de desenvolvimento (local, regional, territorial).
- d) Qual o papel que as políticas de desenvolvimento (local, regional, territorial) precisam desempenhar no sentido de tornar empresas e territórios mais competitivos, contemplando o princípio da sustentabilidade cultural, social e ambiental?
- e) Devem ser desenhadas políticas de desenvolvimento regional específicas para fortalecer a competitividade das empresas localizadas nas regiões do interior do país? Em caso afirmativo, quais os contornos que essas políticas devem assumir?

Considerando a questão da governança territorial, outras questões podem ser mencionadas, na observação dos empreendimentos atuais, relacionadas às estratégias de especificação de ativos e recursos territoriais.

- a) Quais recursos e ativos (capacidades) do território foram mobilizados localmente?
- b) Que ações foram desenvolvidas pelas localidades focadas na potencialização de recursos e ativos com especificidade territorial, para inserir suas empresas no mercado nacional e internacional?
- c) Como são apropriadas territorialmente as vantagens resultantes das estratégias de especificação de ativos territoriais? Quais sistemas de governança predominam? Qual a lógica que predomina – a territorial ou a empresarial - na apropriação das vantagens diferenciadoras dos territórios atingidas com estratégias deste tipo?
- d) Quais as principais dificuldades que se apresentaram ao longo do processo? Como foram resolvidas? Quais ainda precisam ser resolvidas?

Estas são sugestões, às quais, certamente, outras se somarão.

Objetivos a serem atingidos por uma investigação

Uma investigação com o propósito aqui explicitado precisa estar focada num objetivo central: *analisar as múltiplas configurações socioeconômicas que estão sendo construídas em territórios, sob a forma de especificação de ativos territoriais, que possam ser consideradas vantagens sustentáveis do território, sua situação, formatos organizacionais (sistemas de*

governança), potencialidades e desafios, na perspectiva da construção de trajetórias mais qualificadas de desenvolvimento (local, regional, territorial).

Como objetivos específicos, sugerem-se alguns.

- a) Identificar o estado da arte sobre o tema da investigação, no cenário nacional e internacional.
- b) Identificar e reconhecer as principais experiências de especificação de ativos territoriais brasileiras e internacionais, com suas múltiplas configurações socioeconômicas, seus formatos organizacionais, ou seja, quais sistemas de governança utilizam, potencialidades e desafios.
- c) Identificar a concepção sobre especificação de ativos territoriais, além das principais expectativas, de parte dos atores envolvidos e dos agentes políticos ou institucionais de apoio.
- d) Análise comparativa de experiências de especificação de ativos, em relação às suas múltiplas configurações socioeconômicas, seus formatos organizacionais, potencialidades e desafios.
- e) Análise avaliativa e propositiva sobre as potencialidades e desafios das experiências de especificação de ativos territoriais e possíveis reflexos no desenvolvimento (local, regional, territorial).

São sugestões de objetivos que podem ser tratados não só por um, mas por vários projetos de investigação. Estas e outras questões precisam ser enfrentadas com estudos, os quais devem incluir a análise de experiências brasileiras e mundiais de especificação de ativos territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a especificação de ativos e recursos territoriais, via Indicação Geográfica ou outras formas assemelhadas, estabelece um diálogo direto com o tema território, identidade territorial e desenvolvimento, a partir do entendimento de que o desenvolvimento resulta de relações de atores que atuam e se identificam com um âmbito espacial específico, o território.

A clareza que esta revisão da literatura produz é de que a interferência das questões espaciais nos processos de desenvolvimento tem sua importância fortalecida na atualidade. É o que sugere, por exemplo, Pecqueur (2009), com o artigo *A guinada territorial da economia global*. Isso ocorre, apesar da pressão exercida pelo processo de globalização capitalista, no sentido da igualação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Portanto, mesmo sendo necessário reconhecer os intensos desafios, a possibilidade dos territórios contraporem-se a este processo é uma realidade, ao menos em regiões do mundo em que há significativa

presença de ativos com especificidade territorial. Assim, criam-se possibilidades para a dinamização de processos de desenvolvimento (local, regional, territorial), usando as vantagens sustentáveis do território em proveito próprio.

A revisão do estado da arte sobre abordagens que referenciam o tema aqui proposto, território, identidade territorial e desenvolvimento, tendo como foco a especificação de ativos territoriais, evidenciou a quantidades de enfoques, de autores de diversas áreas do conhecimento, principalmente da Geografia e da Economia. Na sua maioria as abordagens são convergentes. Quanto às proposições, apesar de serem contempladas contribuições de alguns autores, estas exigem mais leituras, estudos e análises de experiências, o que se espera avançar através de futuras investigações.

Por fim, explicitam-se observações síntese, ou seja, reflexões que podem ser utilizadas como ponto de partida para o aprofundamento do tema.

A partir de argumentações dos autores já mencionados, é possível afirmar que os territórios tendem a valorizar atualmente suas vantagens (e possibilidades) comparativas por meio de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas. Assim, uma concepção multidimensional de território e da noção de territorialidade, pode inspirar compreensões que orientem o redimensionamento de relações de poder e a elaboração de projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais dos territórios ou regiões. Apesar de se ressaltar a questão da territorialização dos processos, o que alguns autores aqui referidos chamam a atenção é a necessidade de se buscar construir estratégias multiescalares, governança multinível, que resultem em pactos territoriais de desenvolvimento, como diferenciações territoriais emergentes em alguns territórios. No entanto, entende-se que são desafios muito mais significativos às denominadas regiões ou territórios menos favorecidos. Os desafios se intensificam, pois os territórios são espaços de partilha efetiva do poder, envolvendo o Estado e as representações do Mercado e da Sociedade Civil.

Os recursos e ativos específicos dos territórios precisam merecer maior atenção. Eles possibilitam a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento. Assim, a especificação de ativos é o que propicia a diferenciação de um território dos demais e se contrapõe ao regime de concorrência baseada na produção *standard*, ou produtos do tipo *commodities*, com baixo valor agregado, fortemente submetidos à concorrência do mercado mundial. Trata-se de ultrapassar a dimensão de *vantagem comparativa* para uma *vantagem diferenciadora*, resultante de processos originais de emergência de recursos e ativos com ancoragem territorial.

Reconhecidamente, segundo a literatura nacional e internacional, uma das principais estratégias que articula os potenciais de desenvolvimento territorial à noção de território e identidade territorial é a Indicação Geográfica. No Brasil, de forma jurídica, as Indicações Geográficas são consideradas marcas territoriais que reconhecem os direitos coletivos referentes aos sinais distintivos de um território. Trata-se da principal estratégia que pode conferir aos bens, serviços e produtos de base territorial, maior competitividade e até mesmo a possibilidade de inserção diante de um mercado local ou mundial, pois podem corresponder às características de segmentação do consumo, tão frequentes na atualidade, e, decorrente disto, produzir conjuntura favorável ao desenvolvimento (local, regional, territorial).

Como possíveis estratégias para a utilização das vantagens sustentáveis do território em proveito próprio, algumas sugestões são destacadas pelos autores aqui mencionados: (1) a adoção da estratégia de uma cesta de bens e serviços ancorados territorialmente, não apenas um produto ou serviço, associando bens e serviços com Denominação de Origem Protegida (ou com Indicação Geográfica), com outros, que tenham qualidade e se identifiquem com o território de origem; (2) a necessidade de fortalecimento e capitalização de territorialidades em favor do desenvolvimento (local, regional, territorial), estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu, enquanto recurso, patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas; (3) a utilização de estratégias de *marketing* territorial. Todas elas, por não serem excludentes, podem ser implementadas integradamente.

Sobre a questão da necessidade de fortalecimento e capitalização de territorialidades em favor do desenvolvimento, uma reflexão adicional. Primeiro, a necessidade de reforçar a ideia de que uma estratégia de especificação de ativos territoriais, não se trata apenas de uma questão processual, que se resolve com registros legais. Segundo, que o produto ou serviço que seja incluído no processo de registro da Indicação Geográfica, precisa ser concebido como um ativo territorial coletivo, o que implica em que os benefícios sejam socializados territorialmente, evitando sua apropriação pela lógica empresarial capitalista, com o que, muitas vezes, apenas uma ou poucas empresas se beneficiam. Neste sentido, é oportuno mencionar observação feita por Albagli (2004, p. 64):

Da perspectiva instrumental, o território constitui peça-chave para a reprodução do capital [...]. Diferenciação e especificidades territoriais, aqui, são vistas fundamentalmente como formas de atrair investimentos e gerar novas lucratividades, e a territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo [...]. O resultado tende a ser um tipo de exploração econômica corrosiva da territorialidade, destruidora do capital social e depredadora do meio ambiente e dos recursos naturais locais.

Da perspectiva do desenvolvimento local, ao contrário, o território atua como elemento de transformação sociopolítico-econômica, representando o *locus* privilegiado para novas formas de solidariedade, parceria e cooperação entre os diferentes agentes econômicos, políticos e sociais. Constitui-se assim em espaço para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades, estabelecendo-se uma dinâmica virtuosa entre o moderno e o tradicional. Essa perspectiva pode contribuir para desenvolver e fortalecer a territorialidade, fazendo-a reverter em favor do dinamismo e da sustentabilidade social, econômica e ambiental local.

Eis um tema para ser compreendido, aprofundado e mais discutido! Reconhece-se que, dado o limite de extensão deste artigo, contribuições de autores aqui referenciados não foram contempladas suficientemente. Ou mesmo por desconhecimento, autores deixaram de ser mencionados. Assim, espera-se dos colegas da academia sugestões de outros enfoques sobre o tema, tanto no sentido de reforçar os argumentos dos autores aqui contemplados, como artigos críticos que mostrem os limites, ou desafios das estratégias de especificação de ativos territoriais, como *vantagem diferenciadora* na qualificação de processos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ACAMPORA, T.; FONTE, M. Productos típicos, estrategias de desarrollo rural e conocimiento local. **Opera**, n. 7, p. 191-212, 2008.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004, p. 23-69.
- ALBERTOS, J. M. et al. Desarrollo territorial y procesos de innovación socioeconómica en sistemas productivos locales. En ALONSO, J. L.; APARICIO, J.; SÁNCHEZ, J. L. (Coords). **Recursos territoriales y geografía de la innovación industrial en España**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004, p. 17-60.
- AMIN, A. Uma perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 101-120.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 2005.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BRANDÃO, Carlos A. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011a.
- _____. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Revista Bahia Análise e Dados**, v.21 , n.2, abr./jun./2011b.
- _____. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 261-269.
- CARAVACA, I. B.; GONZÁLEZ, R. G. Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 13, n. 289, 1 mayo 2009.

- CAROLI, M. G. O Marketing para Gestão do Desenvolvimento Econômico do Território. In: LAGES ,V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: SEBRAE, 2004, p. 219-258.
- CASTRO, I. E. Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional. **Revista TERRITÓRIO**, v. 1, n. 2, p. 33-42, 1997.
- _____. Territorialidade e institucionalidade das desigualdades sociais no Brasil. Potenciais de ruptura e de conservação da escala política local. **GEOUSP**: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 18, p. 35-51, 2005.
- CAZELLA, A., BONNAL, P. E.; MALUF, Renato S. (orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2008.
- CGEE/IPEAD-UFMG. Governança institucional das cidades. Brasília; Belo Horizonte: CGEE; IPEAD-UFMG, 2011.
- CORRÊA, R. L. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.
- DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011b.
- DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 11, n. 245 (20), 2007.
- _____. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. REDES, Santa Cruz do Sul (RS), v. 15, n. 3, set/dez./2010c, p. 165–186.
- _____. **Desenvolvimento regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010b.
- _____. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, Santa Fe (AR): Ediciones UNL-Universidad Nacional del Litoral, a. 3, n. 4. p. 61-94, 2003.
- _____. **Governança territorial e desenvolvimento**: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Brasília: IPEA, 2011a.
- _____. Identidade territorial e indicação geográfica como fatores propulsores do desenvolvimento sustentável: o caso da erva-mate no Planalto Norte Catarinense e Centro Sul do Paraná (Brasil). In: SEMINARIO INTERNACIONAL DESARROLLO TERRITORIAL Y EMPLEO. **Anaís...** Santa Cruz de la Sierra (BO), 2010b.

_____. Indicação geográfica da erva-mate nativa no brasil: um ativo territorial e um indicativo de desenvolvimento sustentável. In: **IV Simposio Iberoamericano en Comercio Internacional, Desarrollo e Integración Regional**, Universidad Gastón Dachary, Posadas, Misiones (AR), 2, 3 e 5 de nov. 2011d.

_____. La escala en los procesos de gestión del desarrollo: revisión teórica, análisis de experiencias y aportes a la investigación. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Desafíos para América Latina. Buenos Aires, Miño y Dávila, 2010a, p. 185-216.

_____. La experiencia de organización socioterritorial de los COREDES en Brasil como estructuras que garanticen la gobernanza territorial. **Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales**, v. 41, Tercera época, n. 159, p. 117-132, 2009.

_____. Território e desenvolvimento sustentável: Indicação Geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil. **Informe GEPEC**, Unoeste, Toledo, 2011c (Artigo no prelo).

_____. Território. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 161-162.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. **Desenvolvimento Territorial**: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos. Passo Fundo: Editora UPF/Ijuí: Editora UNIJUI, 2008.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 219-236.

DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

DULLIUS, P. R. **Indicações geográficas e desenvolvimento territorial**: As experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2009.

FARINÓS DASÍ, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de la A. G. E.**, n. 46, p. 11-32, 2008.

FERRÃO, J. Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planeamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. A. **Escalas y políticas del desarrollo regional**: desafíos para América Latina. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila, 2010.

FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo Regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos. Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comps.). **Repensando el desarrollo regional**: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, p. 481-519, 2008.

FLORES, M. La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible. **Opera**, n. 7, 2008, p. 35-54.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n.3, nov. 1985, p. 481-510.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, may 1973, p. 1360-1380.

GURGEL, V. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. In: LAGARES, L.; LAGES, V.; BRAGA, C. (Orgs). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: Indicações Geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2006.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A.; SPÓSITO, E.; SAQUET, M. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2004, p. 87-119.

_____. **Des-territorialização e identidade**: A rede “gaúcha” no nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. O território e a nova des-territorialização do Estado. DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 17-37.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. Geographia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 01, jan./jun. 1999, p. 15-39.

KISÉRDI-PALLÓ, I. New Quality Dimension of Competitiveness in Food Economy. **Roots of Quality Conference**, Budapest, Hungary, 15 Apr. 2005.

JESSOP, B. The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. **International Social Science Journal**, v. 50, n. 155, p. 29-45, 1998.

LAGARES, L.; LAGES, V.; BRAGA, C. (Orgs). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2006.

LAGE, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

LEADER. **A competitividade dos territórios rurais à escala global**: conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. Bruxelas: Observatório Rural; LEADER/AEIDL, 2009. v. 5.

- _____. **Guia Metodológico para análise das necessidades locais de inovação**. Bruxelas: Observatório Rural; LEADER/AEIDL, 1995.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, n. 261, jan./fev, 2001.
- NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (Algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 270-282.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, abr. 2009.
- _____. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Florianópolis, v. 24, n.1-2, p. 10-22, 2005.
- _____. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis: UFSC, v. 4, p.135-154, jan./dez. 2006.
- _____. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorializes. **Économie Rurale**, n. 261, p. 37-49, 2001,
- PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**. Rio Janeiro: Campus, 1991.
- _____. **Vantagem competitiva**. Rio Janeiro: Campus, 1989.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RALLET, A. (1995). Ressources spécifiques et ressources génériques: une problématique pour le développement local. In: ABDELMAKI, L.; COURLET, C. (Eds.). **Les nouvelles logiques du développement**. Paris: L'Harmattan, 1995.
- RIBAS, A.; SPÓSITO, E.; SAQUET, M. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2004.
- RIBEIRO, J.; SANTOS, J. **Produtos do território e desenvolvimento local**. Braga (PT): Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4754>>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- _____. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63-89.
- SANTOS, J. F.; RIBEIRO, J. C. Region-based business strategies: a Portuguese case study. **EuroMed Journal of Business**, v. 3, n. 3, p. 320-334, 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007a.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVEIRA, M. L. Novos aconteceres, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 39-62.

SODANO, V. **Competitiveness of regional products in the international food market**. 77th EAAE Seminar, Helsinki, 2001.

SOUZA, A. M. Arranjo produtivo local e Indicação Geográfica: possibilidades para a cadeia produtiva do mate no Planalto Norte Catarinense. In: SOBER - **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande, 2010.

SOUZA, A. M. **Dos ervais ao mate: possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e de transformação de erva-mate no planalto norte catarinense**. 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1998

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

_____. “Território” da diversidade (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SPÓSITO, E. Território, logística e mundialização do capital. In: SPÓSITO, E. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: Unesp/FCT/Gasperr, 1999, p. 99-113.

STOKER, G. Governance Theory: Five Propositions. **International Social Science Journal**, v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998.

THEIS, I.; GALVÃO, A. C. Revisitando as concepções de espaço, território e região como fundamentos para as políticas públicas. **Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.

TONIETTO, J. **Vinhos brasileiros de 4^a geração**: o Brasil na era das indicações geográficas. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003.

VAINER, C. B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, a. 21, n.1, p.13-32, jan./jul. 2002,

VITROLLES, D. **Construction sociale du lien à l'origine dans le cadre de l'émergence des indications géographiques au Brésil**: le cas de la viande do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais – Geografia –2) - Université Lumière Lyon França, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

Artigo recebido em: 12/06/2012

Artigo aprovado em: 31/07/2012